



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MARIA VITÓRIA DE SOUZA SILVA

REFORMA CURRICULAR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE DOS
COORDENADORES SOBRE AS NOVAS DIRETRIZES DO MEC

MARIA VITÓRIA DE SOUZA SILVA

**REFORMA CURRICULAR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE DOS
COORDENADORES SOBRE AS NOVAS DIRETRIZES DO MEC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador (a): Hellen Bomfim Gomes Dias

Recife
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Maria Vitória de Souza.

REFORMA CURRICULAR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE
DOS COORDENADORES SOBRE AS NOVAS DIRETRIZES DO MEC /
Maria Vitória de Souza Silva. - Recife, 2025.

43 p., tab.

Orientador(a): Hellen Bomfim Gomes Dias

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de
Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Contábeis -
Bacharelado, 2025.

1. Reformas. 2. Ciências Contábeis. 3. Novas Diretrizes. 4.
Coordenadores. I. Dias, Hellen Bomfim Gomes . (Orientação). II. Título.

370 CDD (22.ed.)

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA VITÓRIA DE SOUZA SILVA

REFORMA CURRICULAR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS: UMA ANÁLISE DOS COORDENADORES SOBRE AS NOVAS DIRETRIZES DO MEC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em: 13 de agosto de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Hellen Bomfim Gomes Dias
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Arlindo Menezes da Costa Neto
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Ma. Anna Beatriz Vieira Palmeira
FUCAPE Business School/Instituto Federal de Alagoas

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a Deus e a Nossa Senhora por me permitir viver este sonho, sustentando-me e guiando-me durante todos esses anos, desde os momentos mais felizes até os mais desafiadores, intercedendo e mostrando que era possível chegar até aqui.

Agradecer aos meus pais e ao meu irmão, Edinalva, Roberto e Emerson, por todo o amor, apoio e dedicação, que foram essenciais para que eu alcançasse os meus objetivos, sempre acreditando que este momento chegaria. Aos meus avós, que não estão mais presentes, tenho certeza de que estão orgulhosos, pois a participação na criação foi essencial. A minha gratidão também às minhas tias, tios e primos, que compartilharam e contribuíram em cada etapa dessa jornada. E ao meu noivo, Lucas, presente em cada momento, me dando força, e nunca duvidando da minha capacidade.

Aos meus amigos da faculdade Almir, Aline, Camylle, Gabriela, Júlia, Maynard e Sarah, obrigada pelo companheirismo e por tornarem os dias mais leves. Costumo dizer que Deus escolheu a dedo cada um deles para somar na minha vida.

Agradeço à minha orientadora, Hellen Bomfim, pelo apoio, orientação e incentivo ao longo deste processo. Por fim, todos vocês foram fundamentais na minha formação, não apenas como profissional, mas como ser humano. Esta conquista é também de cada um de vocês.

DEDICATÓRIA

“É justo que muito custe o que muito vale”
Santa Teresa D'Ávila

RESUMO

Este trabalho analisa as percepções dos coordenadores de cursos de Ciências Contábeis diante da Reforma Curricular estabelecida pela Resolução CNE/CES nº 1/2024, normativa que redefine o perfil formativo do contador ao adotar um modelo baseado em competências, interdisciplinaridade e integração com demandas contemporâneas, como tecnologia digital, sustentabilidade, inovação e governança corporativa. Para atingir esse propósito, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada em revisão bibliográfica, análise documental e aplicação de questionários, considerando a atuação direta dos coordenadores na condução do processo de atualização. Os resultados evidenciam que a atualização curricular é amplamente reconhecida como necessária, especialmente por alinhar a formação contábil às exigências de um mercado em constante transformação. Contudo, emergem desafios institucionais, estruturais e pedagógicos, tais como limitações de infraestrutura e dificuldades na adoção de metodologias ativas de ensino. Apesar dessas barreiras, identificam-se avanços relevantes, como a flexibilização da matriz curricular, a maior valorização da aprendizagem prática e a ampliação da formação crítica e cidadã do egresso. Mais do que mapear percepções, o estudo revela os bastidores do processo de adaptação às novas diretrizes, expondo progressos, resistências e oportunidades de melhoria, oferecendo uma contribuição estratégica para o debate sobre os rumos da educação contábil no Brasil. Assim, além de subsidiar a atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso, a pesquisa reforça a importância da atuação docente e do apoio institucional como pilares fundamentais para a efetiva implementação da reforma.

Palavras-chave: Diretrizes Curriculares. Ciências Contábeis. Coordenação. Desafios.

ABSTRACT

This work analyzes the perceptions of the coordinators of Accounting Courses in the face of the curricular reform established by CNE/CES Resolution No. 1/2024, a normative that redefines the accountant's formative profile by adopting a model based on skills, interdisciplinarity and integration with contemporary demands, such as digital technology, sustainability, innovation and corporate governance. To achieve this purpose, a qualitative and descriptive research was developed, based on bibliographic review, documentary analysis and application of questionnaires, considering the direct performance of the coordinators in conducting the update process. The results show that the curriculum update is widely recognized as necessary, especially by aligning the accounting formation with the demands of a constant transformation market. However, institutional, structural and pedagogical challenges emerge, such as infrastructure limitations and difficulties in adopting active teaching methodologies. Despite these barriers, relevant advances are identified, such as the flexibility of the curriculum, the greater valorization of practical learning and the expansion of the critical formation and citizen of the egress. More than mapping perceptions, the study reveals behind the scenes of the process of adaptation to new guidelines, exposing progress, resistance and opportunities for improvement, offering a strategic contribution to the debate on the direction of accounting education in Brazil. Thus, in addition to subsidizing the updating of the course pedagogical projects, the research reinforces the importance of teaching and institutional support as fundamental pillars for the effective implementation of the reform.

Keywords: Curricular Guidelines. Accounting. Coordination. Challenges.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Informações sobre os participantes	30
Quadro 2 - Limitações institucionais	37
Quadro 3 - Medidas propositivas	38

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Competências das diretrizes curriculares	22
Figura 2 - Atualização da proposta pedagógica	31
Figura 3 - Avanços da reforma curricular	32
Figura 4 - Deliberações sobre o PPC	33
Figura 5 - Atuação docente no processo	34
Figura 6 - Colaborações para nova resolução	34
Figura 7 - Aspectos estruturais	35
Figura 8 - Adequação metodológica	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CES	Câmara de Educação Superior
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CFE	Conselho Federal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
ESG	Ambiental, Social e Governança
IBA	Instituto Brasileiro de Atuária
IES	Instituto de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
TCC	Trabalho de Conclusão do Curso

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1.	JUSTIFICATIVA	14
1.2.	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos específicos	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL	16
2.2	DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	18
2.2.1	A construção das Diretrizes Curriculares	18
2.2.2	Resolução CNE/CES Nº 01/2024	21
2.2.3	Projeto Pedagógico do Curso	23
2.3	O PAPEL DOS DOCENTES NA IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR	25
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	27
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	30
4.1	PERFIL DOS COORDENADORES DA PESQUISA	30
4.2	PERCEPÇÕES SOBRE A ATUALIZAÇÃO NORMATIVA	30
4.3	PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	33
4.4	IMPACTOS NA PRÁTICA DOS DOCENTES	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	41

1 INTRODUÇÃO

As transformações econômicas, sociais e tecnológicas estão redefinindo o papel do profissional contábil, exigindo uma atuação que vai muito além das tradicionais técnicas de escrituração. O contador de hoje já não é visto apenas como alguém que domina técnicas de escrituração, mas como um agente estratégico capaz de analisar cenários, orientar decisões e dialogar não só com a dimensão financeira, mas também com temas relacionados à ética, sustentabilidade, governança e inovação.

Souza (2015) relata que na contemporaneidade é imprescindível que o profissional contábil desenvolva capacidade analítica, senso crítico e domínio normativo para atuar como agente estratégico, subsidiando a gestão na tomada de decisões das especificidades de cada entidade. Em resposta a essas demandas, foi promulgada a Resolução CNE/CES nº 1/2024, que contempla as exigências de um mercado profissional cada vez mais complexo, globalizado e interdisciplinar, exigindo do egresso não apenas domínio técnico, mas também competências éticas, socioemocionais e digitais (CFC, 2024).

Considerando que essas mudanças atravessam o cenário acadêmico, cabe às Instituições de Ensino Superior à responsabilidade de assegurar uma formação que capacite os estudantes, para que ao final da sua graduação, estejam aptos a desenvolver competências, habilidades e atribuições que respondam às exigências do ambiente de trabalho e da sociedade. Esse compromisso envolve não apenas a adequação estrutural dos currículos, mas também uma intensa transformação nos métodos de ensino e aprendizagem.

Consequentemente, os docentes ocupam uma posição central, por deixarem de ser meros transmissores de conteúdo para se tornarem mediadores do conhecimento, desempenhando um papel fundamental na implementação dos princípios pedagógicos das DCNs. Como afirma Freire (2011), um educador que compreende criticamente a realidade e promove a autonomia dos estudantes contribui de maneira significativa para a formação de sujeitos ativos, críticos e transformadores. Nesse sentido, o processo das novas diretrizes demanda dos docentes uma postura crítica e aberta à inovação.

Ainda que a reforma represente um avanço significativo para atualização da profissão, a efetiva implementação das mudanças curriculares, configura-se, portanto,

como um processo gradual e repleto de desafios. Por conseguinte, exige-se uma análise detalhada das condições institucionais, da qualificação dos docentes e da existência de estratégias pedagógicas que favoreçam a efetiva concretização das novas diretrizes para o entendimento sobre os bastidores do processo de mudança educacional, apontando caminhos práticos para a adaptação curricular.

Nesse contexto, o presente estudo busca identificar os principais desafios enfrentados por profissionais que, além de exercerem a docência, atuam também como coordenadores de curso, no processo de análise e adaptação às mudanças propostas pela reforma curricular em Ciências Contábeis, abordando a problemática relacionada à forma como esses profissionais interpretam as revisões sugeridas, bem como o nível de preparação para lidar com os obstáculos da implementação.

1.1. JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se pela necessidade de examinar, de forma crítica, os desdobramentos iniciais acerca da reforma curricular no contexto institucional. Sob esse viés, destaca-se a relevância de privilegiar a visão docente. O estudo preenche uma lacuna metodológica de pesquisas anteriores, que se limitaram à análise normativa ou à percepção dos discentes, sem explorar com profundidade o papel dos agentes responsáveis pela mediação didática.

Como destaca Roldão (2007), o docente distingue-se dos demais profissionais por exercer a função essencial de ensinar, sendo um sujeito que promove transformações. É ele quem possibilita que os indivíduos se apropriem de novos saberes, desempenhando um papel central na construção do conhecimento e na mediação das aprendizagens. A partir desse direcionamento, a investigação tem como base analisar a perspectiva dos profissionais envolvidos nas mudanças propostas, buscando compreender os seus conhecimentos no processo de adaptação.

Através dessa ótica, os relatos da pesquisa contribuíram para identificar desafios e estratégias no processo de preparação para a reformulação. Os resultados obtidos oferecem subsídios relevantes para o aprimoramento dos projetos pedagógicos de curso, bem como para a formulação de políticas institucionais voltadas ao aperfeiçoamento das metodologias de ensino, à valorização docente e à construção de práticas educacionais mais coerentes com as demandas contemporâneas do ensino superior.

1.2. OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar a percepção dos docentes do curso de Ciências Contábeis quanto à sua preparação para a reforma curricular proposta pelas novas Diretrizes, estabelecidas pelo MEC. Com base na definição do objetivo geral da pesquisa, apresentam-se, a seguir, os objetivos específicos.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar a evolução educacional do curso de Ciências Contábeis.
- Identificar as principais mudanças trazidas pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais.
- Desenvolver um questionário com o propósito de analisar as principais opiniões e posicionamentos dos educadores acerca dos direcionamentos a serem adotados frente às mudanças propostas pela reforma curricular.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico tem como propósito situar o leitor quanto à trajetória histórica do curso de Ciências Contábeis no Brasil, destacando as transformações introduzidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, além de abordar o papel dos docentes no processo de modernização curricular. Como ressalta Azevedo (2016), o referencial teórico deve estar alinhado aos propósitos do estudo, orientando o olhar do pesquisador na explicação do fenômeno investigado. Partindo dessa compreensão, este embasamento teórico busca não apenas fundamentar a análise, mas também oferecer uma lente interpretativa que dialogue com os objetivos propostos na pesquisa.

2.1 ENSINO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO BRASIL

De acordo com Sá (1997), a contabilidade surgiu paralelamente ao desenvolvimento das civilizações, perdurando por toda sua existência. Neste contexto, evidencia-se sua função como uma ferramenta essencial para a consolidação e evolução da sociedade.

A contabilidade, enquanto prática social e econômica, evoluiu de forma significativa desde o mundo antigo até os dias atuais. Há indícios de que os primeiros registros contábeis surgiram no final do período Neolítico, manifestando-se por meio de desenhos realizados pelo ser humano. Ao longo da evolução histórica, destacam-se os egípcios como uma das primeiras civilizações a utilizar registros monetários, tendo adotado a moeda denominada “Shat” como base para suas transações (Schimidt, 2000). Essa prática representou um avanço significativo no desenvolvimento das práticas contábeis da época, contribuindo para a estruturação dos métodos de registro usados atualmente.

Com a passagem temporal, instituiu-se a sistematização do método das partidas dobradas, formalmente descrito por Luca Pacioli em sua obra “Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità”, publicada em 1494. Esse método revolucionou a prática contábil, estabelecendo a igualdade fundamental entre débitos e créditos, consolidando-se como o ponto de partida para a Contabilidade moderna (Schimidt, 2000). Essa inovação proporcionou maior segurança e

confiabilidade aos registros contábeis, permitindo que a Contabilidade se consolidasse como uma ferramenta indispensável para as organizações.

O cenário da contabilidade brasileira passou a ser influenciado pelo avanço das atividades econômicas, em decorrência da chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, o que fortaleceu a necessidade de maior controle das finanças públicas. Embora o marco inicial da Contabilidade no país tenha ocorrido em 1549, com a nomeação de Gaspar Lamego como Contador Geral das terras brasileiras, incumbido de organizar e supervisionar as contas públicas. Com o tempo, foram criados órgãos de controle, como a Casa dos Contos em 1679, responsável por fiscalizar as finanças do Estado. Posteriormente, em 1808, o Erário Régio foi estabelecido, introduzindo oficialmente no país o método das partidas dobradas por determinação do Príncipe Regente Dom João VI, que considerou esse sistema essencial para assegurar maior clareza e segurança na escrituração pública. (Reis et al., 2008).

Além da aplicação prática da Contabilidade, esse período também foi marcado pelo início de sua institucionalização no campo educacional. Em 1809, oficializaram-se as Aulas de Comércio, sob a regência de José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, que se destacou como o primeiro professor de Contabilidade no Brasil. Como destaca Lopes de Sá (1997), a criação dessa cadeira Pública foi essencial para a difusão dos conhecimentos contábeis e para o desenvolvimento do ensino formal da disciplina no país.

Conforme D'Aúria (1948), mesmo com os avanços relacionados à área, a profissão contábil permaneceu por muito tempo distante do reconhecimento acadêmico, sendo associada mais à prática comercial do que ao campo científico. Ainda que iniciativas isoladas já existissem, como a oferta da disciplina de Escrituração Mercantil pelo Instituto Comercial do Rio de Janeiro e o curso de guarda-livros ministrado pela Escola de Comércio Álvares Penteado, antiga Escola Prática de Comércio de São Paulo, a estruturação do ensino superior em contabilidade no Brasil ocorreu apenas em 1945, impulsionada pela modernização econômica e pela crescente necessidade de formação de profissionais qualificados, devido à maior complexidade das transações comerciais e financeiras. Segundo Leite (2005), esse contexto foi intensificado com a promulgação da primeira Lei das Sociedades por Ações, em 1940.

A partir deste cenário, o ensino contábil brasileiro passou a se consolidar, especialmente após a promulgação do Decreto-Lei n.º 9.295, de 27 de maio de 1946, que criou o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais (CRC) de Contabilidade, o que foi determinante para estabelecer padrões éticos e técnicos para o exercício profissional, além de impulsionar a valorização do ensino superior na área (Reis et al., 2008).

Esses marcos institucionalizaram a profissão, garantindo maior rigor na formação e no exercício do contador, reforçando a contabilidade como ferramenta indispensável para o controle patrimonial das organizações e a transparência nas relações comerciais. Assim, essa área do conhecimento se firmou como um campo em constante adaptação às transformações econômicas e sociais, reafirmando sua relevância na sociedade contemporânea.

2.2 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

2.2.1 A construção das Diretrizes Curriculares

A promulgação da Lei nº 4.024/1961, conhecida como a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituiu o Conselho Federal de Educação (CFE) e criou as condições necessárias para regulamentar os currículos mínimos e a duração dos cursos superiores.

A partir dessa base legal, a trajetória das diretrizes curriculares no Brasil passou por significativas transformações, acompanhando os movimentos sociais e econômicos do país. Em consonância a promulgação da LDB, o CFE passou a emitir pareceres técnicos e normativos voltados à estruturação pedagógica dos cursos superiores. Um dos documentos mais relevantes nesse processo foi o Parecer CFE nº 397/1962, que propôs a divisão do básico que focava na formação geral, com disciplinas fundamentais das ciências sociais aplicadas e o profissional direcionado à formação técnica específica da contabilidade, com foco nas normas, técnicas e práticas contábeis.

Com o passar do tempo, novas regulamentações foram incorporadas ao arcabouço normativo, como a Resolução CFE nº 03/1992, que estabeleceu a carga horária mínima de 2.700 horas-aula para o curso contábil, a ser integralizada em no máximo sete anos e no mínimo quatro para o período diurno, sendo cinco anos para

o período noturno (Brasil,1992).

Alguns anos mais tarde, com a promulgação da Lei nº 9.131/1995, o Conselho Federal de Educação foi substituído pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), que assumiu a responsabilidade normativa e deliberativa na formulação das políticas educacionais do país, incluindo aquelas voltadas para o ensino superior. O CNE é um órgão colegiado integrante da estrutura do MEC e tornou-se responsável por elaborar e revisar as Diretrizes, estabelecendo orientações normativas que regulam a organização dos cursos de graduação no país.

Conforme o Ministério da Educação, o CNE

[...] tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade.

Na sequência desses acontecimentos, o ensino superior brasileiro passou por nova transformação com o Parecer CNE/CES nº 776/1997 que assumiu papel decisivo ao recomendar a extinção dos currículos mínimos, a proposta surgiu como crítica à rigidez normativa que caracterizava esses currículos. Em articulação com essa mudança, o Edital Sese/MEC nº 04/1997 convocou as instituições a apresentarem sugestões para a construção de novas DCNs, pautadas por uma lógica mais aberta e formativa. Esse trabalho foi conduzido por Comissões compostas por especialistas, indicados pela Secretaria de Educação Superior (Sese/MEC), com o objetivo de formular diretrizes mais alinhadas às transformações sociais, econômicas e tecnológicas contemporâneas (Brasil, 1997).

A proposta consolidada ganhou força com a emissão do Parecer CES/CNE nº 146/2002, que explicitou os objetivos das DCNs, dentre os quais se destacam a flexibilização curricular, a valorização da diversidade de formações, e a construção de múltiplos perfis profissionais. Essa diretriz rompeu com o modelo rígido dos currículos mínimos, anteriormente instituídos, permitindo maior liberdade para que cada IES estruturasse seu curso de forma compatível com suas especificidades e com as demandas locais e regionais (Brasil, 2002).

No ano seguinte, o Parecer CNE/CES nº 289/2003 foi elaborado como resultado de um processo participativo com a sociedade civil, para estabelecer de

forma específica as Diretrizes para o curso de graduação em Ciências Contábeis

Sem dúvida este é um novo tempo, em que as instituições de ensino superior responderão pelo padrão de qualidade do curso de graduação em Ciências Contábeis de forma a atender, dentre outros, o art. 43, incisos II e III, da LDB 9.394/96, comprometendo-se por preparar profissionais aptos para a sua inserção no campo do desenvolvimento social, segundo as peculiaridades da graduação, resultando, não propriamente um profissional “preparado”, mas profissional apto às mudanças e, portanto, adaptável (Brasil, 2003).

O CNE busca investir na construção de um profissional capaz de se adaptar às constantes mudanças do mercado de trabalho e às demandas sociais.

O Parecer CNE/CES nº 269/2004 foi elaborado com a finalidade de revisar e atualizar orientações contidas tanto no Parecer CNE/CES nº 289/2003 quanto na Resolução CNE/CES nº 6/2004, uma das principais motivações para essa revisão foi a solicitação do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), que se manifestou contrariamente à menção, presente na Resolução CNE/CES nº 6/2004, que o curso deveria obter influência da atividade atuária, o IBA argumentou que as áreas de atuação da Contabilidade e da Atuária, embora próximas em alguns aspectos, possuem campos profissionais e objetivos distintos.

Em resposta a essa demanda e buscando maior precisão nas diretrizes formativas, foi publicada a Resolução CNE/CES nº 10/2004, que consolidou orientações essenciais para o curso de Ciências Contábeis. Essa normativa passou a nortear a formação dos futuros profissionais da área por quase duas décadas, estabeleceu diretrizes fundamentais para a construção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), destacando-se a definição do perfil do egresso, com base em competências e habilidades que eram listadas como requisitos a serem contemplados. Contudo, havia pouca articulação pedagógica em relação às mudanças na prática de ensino, à estruturação das atividades de estágio supervisionado, à integração da interdisciplinaridade com a listagem de disciplinas, ao desenvolvimento de atividades complementares e à efetiva articulação entre teoria e prática no processo de formação do futuro profissional (BRASIL, 2004).

Esses documentos evidenciam um esforço contínuo para alinhar a formação contábil às demandas da sociedade e do mercado, ao mesmo tempo são um alicerce importante para o desenvolvimento de competências técnicas, éticas e sociais nos

profissionais da área. Por essa razão, diante das transformações em curso, torna-se evidente a necessidade de atualização do mais recente marco normativo.

2.2.2 Resolução CNE/CES Nº 01/2024

Nesse contexto, insere-se a nova Resolução CNE/CES nº 1/2024, que propõe uma revisão profunda das Diretrizes Curriculares Nacionais à luz das transformações recentes, buscando responder aos desafios atuais da formação superior em Ciências Contábeis. O novo parecer representa não apenas uma atualização normativa, mas a tentativa de preparar os profissionais para atuar com competência e responsabilidade em um mundo em constante mudança (CFC, 2024).

Diante das transformações educacionais e das demandas atuais do mercado profissional, a reforma de 2024 representa uma evolução significativa em relação à de 2004, adotando uma abordagem formativa centrada em competências e promovendo maior flexibilização curricular. Nesse sentido, enquanto a Resolução CNE/CES nº 10/2004 seguia um modelo prescritivo, com foco em conteúdos específicos e uma estrutura curricular rígida (BRASIL, 2004), a Resolução CNE/CES nº 1/2024 passa a valorizar o desenvolvimento integrado de habilidades técnicas e socioemocionais. Além disso, incorpora temas atuais e indispensáveis, como a integração da Agenda ESG, a interdisciplinaridade e o domínio das tecnologias digitais, elementos que refletem as novas exigências do ambiente profissional em constante transformação (CFC, 2024).

O Conselho Federal de Contabilidade conduziu a construção das novas DCNs, por meio da Comissão Nacional de Educação Contábil, com apoio da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), das academias regionais e da comunidade acadêmica. Conforme relatado no guia orientativo, o processo foi iniciado formalmente em agosto de 2021, com a articulação entre o CFC e o Ministério da Educação, resultando na criação de uma comissão nacional especializada. Após dois anos de debates, audiências públicas e consultas abertas à sociedade por meio da Plataforma Participa + Brasil, o texto final foi aprovado e homologado em março de 2024. A construção da proposta teve como base fundamental uma série de documentos de apoio que contribuíram para seu aprimoramento, entre eles a resolução CNE/CES 10/2004, a Resolução CFC 1.640/2021, as orientações para Educação do Desenvolvimento Sustentável (EDS/Unesco) e as recomendações da

Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD). Além disso, foram considerados documentos internacionais de órgãos da classe profissional contábil (IFAC, NASBA, ACCA), complementados por artigos científicos.

Nesse novo marco, um dos principais avanços é a adoção do modelo baseado em competências específicas, diferentemente do paradigma tradicional, centrado na transmissão de conteúdos. O enfoque por competências, manifesta-se quando o indivíduo, diante de uma determinada situação, demonstra a capacidade de acionar, selecionar e integrar, de maneira pertinente, diferentes saberes previamente adquiridos, adequando-os às exigências específicas do contexto vivenciado.

Portanto, formar por competências significa preparar profissionais capazes de atuar de forma crítica, ética e adaptável, frente aos desafios de um mundo cada vez mais dinâmico, interconectado e interdisciplinar. As DCNs de 2024 definem sete competências essenciais, conforme como demonstrado na figura 1.

Figura 1 - Competências das diretrizes curriculares



Fonte:CFC (2024)

As competências têm como referência principal as normas estabelecidas pelos International Education Standards (IES). Contudo, para adequá-las ao contexto

brasileiro, foram incorporadas três competências adicionais, tendo a de análise a gestão de risco e execução de trabalhos de perícia classificadas como técnicas e a tecnologia da informação como de natureza transdisciplinar. Neste caso, as habilidades, entendidas como a expressão prática do “saber fazer” vinculado à aplicação das competências, assumem papel fundamental na atuação profissional. Seu aprimoramento exige não apenas o domínio de conhecimentos, mas também a integração efetiva das competências já adquiridas (CFC, 2024).

A Resolução CNE/CES nº 1, de 2024, explicita um conjunto de atributos, tais como a aplicação do pensamento científico no desenvolvimento das atividades, o reconhecimento da importância da diversidade e das questões nos âmbitos social, ambiental e de governança nas entidades, além de características como criatividade, inovação, adaptabilidade, entre outros. Esses atributos podem ser adotados pelos docentes como referência na definição do perfil do egresso, além de orientar práticas pedagógicas alinhadas às competências estabelecidas nas Diretrizes.

Em síntese, conforme destacado pelo CFC (2024), a reforma das DCNs do curso visa superar uma formação baseada apenas na acumulação de teorias, incentivando, uma aplicação crítica e inovadora do conhecimento. Essa abordagem busca formar profissionais preparados para os desafios de um ambiente em constante evolução.

2.2.3 Projeto Pedagógico do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) constitui-se como o documento que expressa a identidade de um curso superior, reunindo seus fundamentos, objetivos, estrutura curricular, práticas pedagógicas e formas de avaliação, ao mesmo tempo em que orienta a organização do trabalho acadêmico da instituição e reflete seu compromisso com a formação profissional e cidadã dos estudantes. Nas DCNs do curso de Ciências Contábeis, tanto de 2004 quanto de 2024, o PPC figura como o eixo estruturante da formação do contador, sendo, entretanto, orientado por paradigmas distintos em cada versão.

A Resolução CNE/CES nº 10/2004 adotava uma perspectiva curricular prescritiva, com a definição explícita de conteúdos, carga horária mínima e componentes obrigatórios, como o estágio supervisionado, as atividades

complementares e a possibilidade opcional de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Essa estrutura priorizava o domínio técnico das funções contábeis, enfatizando a aplicação da legislação, a elaboração de relatórios e o uso da tecnologia da informação para cumprir obrigações e gerar dados operacionais que suportam as atividades organizacionais. Já a Resolução CNE/CES nº 1/2024 propõe uma mudança substancial ao incorporar o modelo de formação por competências determinadas, o que exige do PPC uma lógica mais flexível, interdisciplinar e centrada no estudante.

O novo ordenamento promove maior autonomia às IES para a organização curricular, desde que respeitados os atributos e competências mínimas do egresso. Nesse sentido, destaca-se a valorização da aprendizagem ativa e da formação integral, focando no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, pensamento crítico, criatividade e visão sistêmica.

Quanto aos componentes específicos, o estágio supervisionado permanece obrigatório em ambas as diretrizes, mas sua abordagem difere. Em 2004, era tratado como instrumento de aplicação prática de conhecimentos, enquanto em 2024, o estágio é concebido como parte do desenvolvimento de competências, devendo articular-se ao percurso formativo de maneira integrada e contínua, com forte vínculo com a atualidade.

No que se refere ao TCC, a diretriz de 2004 o definia como opcional, podendo ser uma monografia, artigo científico ou atividade prática. Na diretriz de 2024, embora o texto mantenha flexibilidade para a forma de produção acadêmica, o discente pode escolher substituir o trabalho tradicional por projetos de desenvolvimento de produtos ou serviços, que estejam alinhados às competências desenvolvidas ao longo do curso.

As atividades complementares, previstas nas duas versões das DCNs, também assumem funções distintas em cada abordagem. Em 2004, eram tratadas como atividades extracurriculares voltadas ao enriquecimento da formação, com ênfase na carga horária e em ações paralelas ao currículo. Em contraste, a diretriz de 2024 ressignifica esse componente, atribuindo-lhe um caráter formativo mais integrado, com foco na ampliação das aprendizagens por meio de experiências significativas, tanto dentro quanto fora do ambiente acadêmico.

No que se refere as atividades de extensão, que ganham maior destaque nas novas diretrizes, estas devem compor, no mínimo, 10% da carga horária total do curso, conforme a Resolução CNE/CES nº 7/2018. Conforme previsto no Art. 8º da Resolução CNE/CES nº 1/2024, essas atividades envolvem a interação entre a

instituição de ensino e a sociedade, promovendo um processo formativo que valoriza o protagonismo do estudante e contribui para o desenvolvimento das competências previstas no perfil do egresso. Essa exigência reforça a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, e contribui para a formação de um contador socialmente engajado, ao proporcionar vivências que conectam o saber acadêmico às questões sociais.

Diante das transformações apresentadas, conclui-se que o Projeto Pedagógico de Curso assume papel central na consolidação das Diretrizes, refletindo princípios formativos e exigências do contexto social e profissional. A análise comparativa entre as diretrizes de 2004 e 2024 revela uma evolução significativa, que demanda das instituições de ensino um olhar mais estratégico e sensível à realidade atual, reafirmando-o como instrumento dinâmico de articulação entre teoria, prática e cidadania. Assim, mais do que um documento formal, o projeto torna-se um compromisso formativo voltado à preparação de profissionais críticos, tecnicamente competentes e socialmente responsáveis.

2.3 O PAPEL DOS DOCENTES NA IMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR

O papel do docente no ensino superior contemporâneo vai muito além da simples transmissão de conteúdos. Ele se configura como mediador do conhecimento, facilitador do processo de ensino-aprendizagem e agente formador de sujeitos críticos e autônomos. Nessa direção, para Freire (2011), é imprescindível que o educador comprometido com uma prática democrática reforce, em suas ações pedagógicas, o desenvolvimento da criticidade, da curiosidade e da postura questionadora do educando. Sob essa ótica, o professor contribui para a formação de sujeitos capazes de intervir de forma ativa e transformadora na realidade social.

Dessa forma, a efetivação das diretrizes propostas depende fundamentalmente da atuação dos professores. São esses profissionais que, no exercício da prática pedagógica, interpretam, adaptam e operacionalizam as orientações curriculares, tanto na elaboração dos planos de ensino quanto na escolha das metodologias e na definição dos instrumentos de avaliação. Além disso, é responsabilidade do docente selecionar estratégias didáticas que estejam em consonância com os objetivos formativos previstos, assegurando, assim, a coerência entre teoria e prática. Nesse contexto, é por meio de sua atuação crítica e comprometida que as diretrizes se

materializam, contribuindo de forma efetiva para a formação integral, acadêmica e cidadã dos estudantes.

Corroborando essa ótica, Boullosa (2005) salienta que a qualidade do corpo docente é um dos principais pilares para assegurar a excelência do ensino superior. De acordo com o autor, é fundamental que os professores possuam não apenas domínio teórico sobre os conteúdos que lecionam, mas também competências pedagógicas que lhes permitam transmitir esse conhecimento de forma significativa. Além disso, é necessário que compreendam os diferentes contextos e perfis dos estudantes, adotando práticas inclusivas e eficazes, bem como que estejam abertos à avaliação constante de sua própria atuação, sendo esses aspectos essenciais para a consolidação de um ensino superior de qualidade.

Entretanto, os desafios enfrentados pelos docentes frente às mudanças curriculares são diversos, abrangendo desde resistências individuais até limitações de ordem estrutural e institucional. Entre esses obstáculos, destacam-se a necessidade de constante atualização profissional, a adequação das práticas pedagógicas às metodologias ativas de ensino e a superação de barreiras relacionadas à cultura organizacional e ao modelo tradicional ainda presente em muitas instituições.

Conclui-se que a análise da percepção docente sobre a reforma curricular, portanto, é essencial para entender como as mudanças propostas estão sendo recebidas, interpretadas e aplicadas. Compreender os níveis de adesão, resistência ou dificuldade enfrentados pelos professores pode subsidiar ações de capacitação, apoio institucional e melhoria contínua dos processos formativos, assegurando a efetividade e a coerência na consolidação das diretrizes curriculares.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho visa analisar as percepções dos docentes do curso de Ciências Contábeis em relação aos estudos e aos desafios envolvidos na reformulação das novas diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação.

Este estudo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, escolhida para aprofundar a compreensão dos fenômenos sociais em seus contextos naturais, valorizando experiências dos participantes da pesquisa. Sob essa ótica, Michel (2015) destaca que a pesquisa qualitativa pressupõe uma interação entre o pesquisador e o objetivo investigado, situada em determinado contexto e tempo, o que possibilita analisar a realidade em suas diversas dimensões. Nesse sentido, a investigação concentra-se na análise dos desafios enfrentados, das percepções subjetivas e das formas de adaptação adotadas no contexto da reforma curricular, considerando o cenário de transição de um modelo formativo que esteve em vigor por cerca de duas décadas.

Diante desse enfoque, este estudo configura-se como descritivo, buscando analisar, a partir das percepções dos sujeitos envolvidos, os aspectos, dinâmicas e desafios do processo de transformação curricular. No pensamento de Silva (2010), pesquisas com essa natureza têm como finalidade principal apresentar de forma detalhada as particularidades de um grupo ou fenômeno específico, permitindo a identificação de possíveis relações entre os elementos observados.

No que diz respeito aos meios, a fundamentação veio por meio de levantamentos bibliográficos em livros, periódicos, artigos científicos e documentos normativos publicados pelo Ministério da Educação. Na opinião de Marconi e Lakatos (2017), o método de pesquisa bibliográfico compreende o levantamento e a análise de publicações previamente disponíveis sobre o tema, para a fundamentação teórica da investigação. Dessa forma, a pesquisa busca analisar tais documentos com o propósito de traçar a evolução histórica das diretrizes curriculares, destacando suas constantes transformações diante das sucessivas reformas no sistema educacional.

Com o embasamento teórico consolidado, fundamentado em dados e bases científicas consistentes, iniciou-se a aplicação do questionário para coleta de dados. Este instrumento foi elaborado a partir das dúvidas comuns de quem se encontra fora do contexto institucional, buscando compreender como os processos internos estão funcionando, especialmente considerando que se encontra a menos de um ano do

prazo de implementação.

O questionário foi organizado em cinco blocos, visando proporcionar uma análise estruturada das respostas. O primeiro bloco concentrou-se no perfil dos coordenadores, seguido pelo segundo, que abordou os conhecimentos dos participantes sobre o tema em estudo. O terceiro bloco tratou das opiniões e sugestões dos coordenadores, enquanto o quarto examinou a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC). Por fim, o quinto e último bloco explorou os impactos relacionados às questões metodológicas dos docentes. Esse instrumento foi direcionado aos e-mails institucionais dos docentes que, além de suas atividades em sala de aula, também assumem atribuições complementares como coordenadores do curso em modalidade presencial.

Para contextualizar e ampliar a compreensão sobre o tema proposto, foi disponibilizado, juntamente ao instrumento, o documento comentado das novas Diretrizes Curriculares, publicado pelo CFC, com o objetivo de orientar e subsidiar as respostas. Os participantes apresentam um perfil profissional consolidado, o que revela uma amostra qualificada composta por profissionais que, devido à experiência acumulada e à posição ocupada nas instituições, possuem uma visão ampla dos aspectos pedagógicos e administrativos envolvidos na aplicação da reforma.

Os dados obtidos no questionário foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo, a qual permite uma interpretação sistemática, rigorosa e aprofundada de materiais textuais. Sob a perspectiva de Bauer e Gaskell (2008), os textos escritos constituem a forma mais tradicional de material analisado nessa abordagem, uma vez que oferecem ao pesquisador a possibilidade de manipulação e organização das informações de maneira criteriosa, com o objetivo de responder às questões norteadoras do estudo. Nesse sentido, o processo de análise dos dados foi conduzido com base na metodologia proposta por Bardin (2006), sendo estruturado em três etapas fundamentais: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, o tratamento dos resultados, seguido da inferência e interpretação.

Inicialmente, os documentos foram recebidos e submetidos a uma leitura prévia, para familiarizar-se com o conteúdo. Cumprida essa etapa inicial, adotou-se um procedimento de organização das informações, e os materiais foram sistematicamente agrupados conforme a convergência de ideias. Por fim, foi realizado o tratamento analítico dos dados, com base em uma leitura crítica e interpretativa, estabelecendo-se relações entre as respostas dos participantes e os objetivos

propostos pelo estudo, de modo a aprofundar a compreensão do fenômeno investigado.

Diante do exposto, conclui-se que a utilização da análise de conteúdo mostrou-se uma estratégia metodológica eficaz para a interpretação dos dados qualitativos desta pesquisa, possibilitando a identificação de padrões discursivos, sentidos atribuídos pelos participantes e categorias relevantes ao objeto de estudo. Essa abordagem permitiu não apenas sistematizar as informações de forma coerente, mas também aprofundar a compreensão das experiências e ponto de vista dos coordenadores frente às mudanças curriculares, contribuindo significativamente para a análise crítica do fenômeno investigado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 PERFIL DOS COORDENADORES DA PESQUISA

Conforme descrito nos aspectos metodológicos, desenvolveu-se um estudo voltado à compreensão das opiniões e dos procedimentos iniciais relacionados ao processo de atualização, sob a visão dos coordenadores. Nesse contexto, este tópico apresenta as informações referentes aos participantes que responderam ao questionário.

Quadro 1 - Informações sobre os participantes

Coordenadores	Instituições	Magistério
1	Pública	32 anos
2	Pública	3 anos
3	Privada	7 anos

Fonte: a autora (2025)

Ao longo da análise, são destacadas as respostas dos coordenadores, que permitiram identificar os pontos centrais abordados no estudo.

4.2 PERCEPÇÕES SOBRE A ATUALIZAÇÃO NORMATIVA

O ponto de partida para compreender a perspectiva dos coordenadores frente ao processo de adaptação curricular reside na forma como eles avaliam seu próprio nível de conhecimento acerca do conteúdo e dos objetivos estabelecidos pela nova diretriz.

- Como o(a) senhor(a) avalia seu nível de conhecimento sobre o conteúdo e os objetivos da nova proposta curricular? E se já participou de momentos de capacitações sobre as novas Diretrizes?

Essa autoavaliação revela três categorias predominantes de percepção: “básico”, “suficiente” e “excelente”. No entanto, chama a atenção o fato de que nenhum dos participantes declarou ter participado de ações formais de capacitação, voltadas à compreensão da proposta. Essa lacuna formativa indica que, embora alguns coordenadores se considerem suficientemente preparados, essa percepção

pode não estar acompanhada de um conhecimento verdadeiramente aprofundado e consolidado sobre o tema. Como consequência, essa fragilidade compromete a efetividade do processo, sobretudo diante de entraves que exigem conhecimento mais estruturado para serem adequadamente enfrentados.

- Acredita que o curso de Ciências Contábeis precisava de uma nova proposta curricular? Principalmente para contempla as demandas contemporâneas do mercado de trabalho e da sociedade?

Nesse seguimento, foram coletadas opiniões dos coordenadores acerca da necessidade de implementação da nova proposta curricular, especialmente no que se refere à sua capacidade de responder às demandas contemporâneas do mercado de trabalho e da sociedade.

Figura 2 - Atualização da proposta pedagógica

“Sim, acredito que a atualização curricular era necessária.”

“Sim, pois o cenário econômico, social e tecnológico mudou significativamente nos últimos anos, e o curso de Ciências Contábeis precisa formar profissionais preparados para lidar com temas atuais como contabilidade digital, ESG, inteligência artificial, compliance e governança.”

“A atualização contribui para que a formação contábil se torne mais dinâmica, crítica e aderente às necessidades da sociedade.”

Fonte: Dados da pesquisa

A análise das opiniões revela uma percepção amplamente favorável à atualização curricular, reconhecendo que a formação contábil precisa acompanhar as mudanças estruturais que atravessam o campo profissional, bem como responder às crescentes demandas sociais. Corroborando essa visão, o CFC (2025) destaca que a modernização da norma representa um marco significativo na educação contábil brasileira, ao propor diretrizes mais modernas e sintonizadas com as exigências do mercado de trabalho atual.

Em complemento aos pontos previamente expostos, foi solicitado que os participantes identificassem os principais avanços promovidos pela nova norma.

- Na sua avaliação, quais são os principais avanços apresentados pela Resolução?

Figura 3 - Avanços da reforma curricular

“Os avanços importantes, principalmente na flexibilização da matriz curricular, permitindo maior integração entre teoria e prática.”

“Outro avanço relevante é o foco no desenvolvimento de competências técnicas, comportamentais e digitais, alinhando o perfil do egresso às demandas do mercado atual, especialmente com ênfase em tecnologia, inovação, sustentabilidade e responsabilidade social.”

“Inclusão das atividades de extensão e obrigatoriedade do estágio curricular obrigatório ou laboratório de práticas contábeis.”

“Dois itens no campo de habilidades: c) apropriar-se das tecnologias de captura, armazenamento, mineração e análise de dados; d) desenvolver novas tecnologias, inclusive programação, para geração de informação.”

Fonte: Dados da pesquisa

Os avanços presentes na atualização representam um passo importante rumo a uma formação contábil mais adaptável, integrada e conectada às transformações do cenário profissional. Ao propor uma abordagem que valoriza não apenas o domínio técnico, mas também o pensamento crítico e a capacidade de lidar com situações complexas, a proposta curricular amplia o horizonte formativo do estudante. Como ressaltam Cooper e Schindler (2016), o desenvolvimento do pensamento científico oferece ao discente as ferramentas necessárias para resolver problemas e tomar decisões em contextos cada vez mais instáveis e desafiadores.

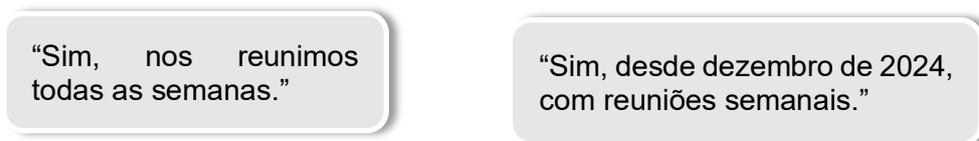
4.3 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Conforme estabelecido pelo CFC (2025), com base em sua natureza e finalidade, o projeto pedagógico do curso ultrapassa o caráter meramente formal ou burocrático, configurando-se como um instrumento estratégico que evidencia a intencionalidade pedagógica da instituição e sua disposição em responder às exigências do contexto social e acadêmico.

Diante dessa perspectiva, buscou informações se já existem discussões sobre a atualização do PPC.

- Você tem conhecimento se existe discussões sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com as novas DCNs?

Figura 4 - Deliberações sobre o PPC



Fonte: Dados da pesquisa

A constatação das recorrentes reuniões para tratar da atualização do PPC evidencia um movimento institucional comprometido com a reestruturação curricular. Segundo Wolf (2007), a construção ou revisão da matriz curricular deve ocorrer de forma estruturada, colaborativa e dinâmica. Logo, esse processo não se limita à organização lógica dos conteúdos, mas busca integrar diferentes pontos de vista e fortalecer o envolvimento dos diversos atores que participam do cenário educacional.

Nesse contexto, é fundamental compreender se o corpo docente tem se envolvido nas etapas de análise, proposição e implementação das modificações propostas.

- O(a) senhor(a) considera que é importante a participação efetiva do corpo docente no processo de adaptação do PPC?

Figura 5 - Atuação docente no processo

“Sim, a participação do corpo docente é fundamental, pois são os professores que executam na prática o PPC.”

“Sim”.

Fonte: Dados da pesquisa

Diante desse exposto, os coordenadores evidenciam a importância do envolvimento coletivo para a construção de um currículo mais coerente com a nova resolução.

- Na sua visão, quais elementos deveriam ser incorporados no novo PPC para que ele reflita as exigências contemporâneas da formação contábil?

Com base nas recorrentes discussões que serão realizadas até o momento da implementação, evidencia-se a necessidade de organizar as contribuições apresentadas e definir, os elementos que deverão ser incorporados ao PPC vigente, assegurando que esteja em conformidade com as exigências da nova formação contábil.

Figura 6 - Colaborações para nova resolução

“Competências digitais, com disciplinas voltadas para contabilidade digital, análise de dados, inteligência artificial e sistemas integrados.”

“Temas emergentes, como ESG (ambiental, social e governança), contabilidade comportamental, ética e compliance”.

“Maior conhecimento econômico e de métodos quantitativos”.

“Integração com o mercado, por meio de estágios obrigatórios, visitas técnicas e participação de profissionais externos”.

“Formação continuada e interdisciplinar, incentivando o aluno a desenvolver visão crítica e capacidade de adaptação”.

Fonte: Dados da pesquisa

A incorporação desses elementos ao PPC constitui etapa essencial para assegurar uma formação atualizada, compatível com as transformações do contexto profissional e apta a qualificar o egresso para enfrentar os desafios complexos da atuação contábil.

- Acredita que há desafios institucionais ou estruturais que atuam como obstáculos para a efetiva reformulação do PPC?

Com base nesses relatos, nota-se que a atenção está focada em questões específicas da norma. No entanto, junto a esses pontos, existem desafios estruturais que também precisam ser observados, pois podem dificultar a implementação efetiva da reformulação curricular.

Figura 7 - Aspectos estruturais

“Sim. Mais computadores para atender os alunos nas aulas de laboratório que estamos ofertando neste semestre”.

“Infraestrutura limitada para laboratório de simulações das práticas contábeis”.

Fonte: Dados da pesquisa

A carência de recursos materiais, como laboratórios equipados e infraestrutura tecnológica adequada, evidencia a necessidade de ações institucionais articuladas, capazes de garantir não apenas a reformulação curricular em termos teóricos, mas também sua viabilidade prática no cotidiano acadêmico.

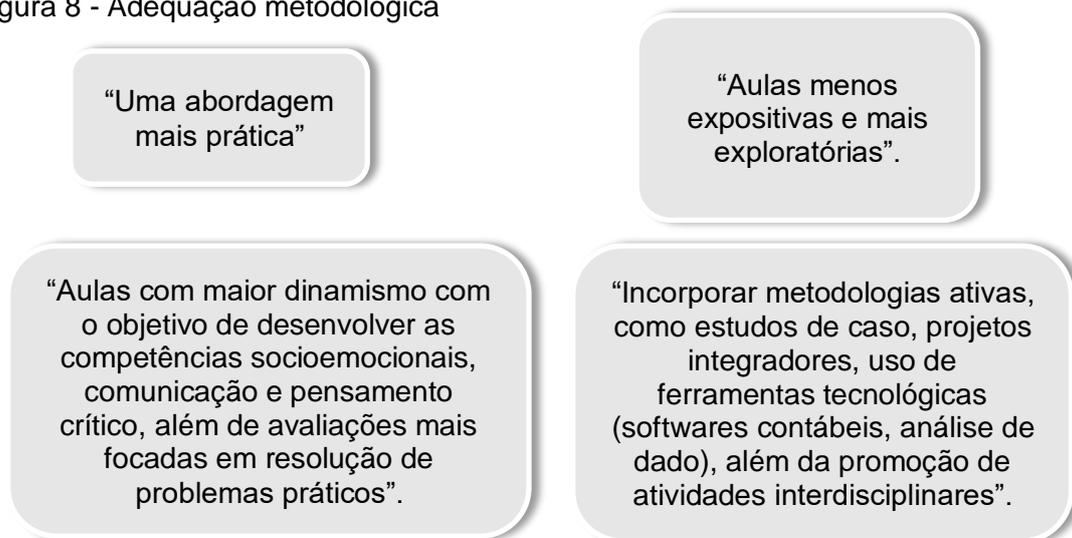
4.4 IMPACTOS NA PRÁTICA DOS DOCENTES

Diante das transformações propostas pela reforma curricular, evidencia-se um impacto direto, na prática docente, uma vez que o professor assume o papel central na mediação entre as diretrizes educacionais e sua efetiva implementação em sala de aula. Assim, torna-se indispensável compreender de que forma os docentes irão reestruturar suas metodologias de ensino à luz das novas exigências curriculares, a

fim de favorecer uma formação mais autônoma, crítica e alinhada aos princípios de uma aprendizagem significativa.

- Em sua prática pedagógica, acredita que será necessário adaptar metodologias, conteúdos ou estratégias de ensino em virtude das novas diretrizes? Se sim, de que forma?

Figura 8 - Adequação metodológica



Fonte: Dados da pesquisa

As sugestões apontadas evidenciam que os docentes reconhecem a necessidade de uma atuação mais intencional, alinhada aos princípios de uma aprendizagem significativa, para que a implementação da reforma curricular ocorra de forma efetiva. Por meio desses métodos, eles contribuem para o desenvolvimento da criticidade, da curiosidade e da capacidade de questionamento dos estudantes, conforme ressalta Freire (2011).

No entanto, para que essa prática pedagógica transformadora se concretize, os docentes têm enfrentado desafios significativos no cotidiano ao buscar alinhar suas ações aos preceitos de uma aprendizagem genuinamente significativa. Com isso, abre-se espaço para analisar as barreiras institucionais, formativas e metodológicas que podem dificultar a efetiva implementação da reforma curricular.

- Quais aspectos o(a) senhor(a) considera mais desafiadores ou problemáticos na proposta da reforma?

Quadro 2 - Limitações institucionais

Desafios	Relatos
Institucional	“Instituições com estruturas mais rígidas ou limitações de recursos” “Infraestrutura limitada para suportar metodologias mais práticas e tecnológicas” “Há entraves burocráticos internos das instituições, que tornam o processo de atualização curricular moroso, e também a dificuldade de integração entre departamentos, o que prejudica uma formação mais interdisciplinar, como propõem as novas diretrizes”
Metodologia	“A adaptação dos docentes ao novo formato, que exige metodologias mais ativas e interdisciplinaridade, também é desafiadora” “A resistência à mudança por parte de alguns docentes, principalmente por ter dificuldade para adequar a carga horária”
Conteúdo	“Fazer que as IES privadas de fato tenham conteúdos de qualidade nas competências de tecnologia da informação”
Projeto de Extensão	“A oferta de projetos de extensão por parte dos docentes que sejam suficientes para atender a demanda dos alunos”
Mercado	“A articulação com o mercado, para garantir que as mudanças curriculares realmente resultem em empregabilidade e atualização profissional, sem sobrecarregar a carga horária com conteúdos pouco aplicáveis”

Fonte: Dados da pesquisa

Diante desse cenário, foram apontadas recomendações por parte dos docentes, visando mitigar os obstáculos identificados para promover uma aplicação mais eficaz da reformulação curricular.

-Quais recomendações daria para que a implementação das novas diretrizes seja mais eficaz na Instituição?

Entre elas, destaca-se a necessidade de apoio institucional, com investimentos em infraestrutura e recursos didáticos que viabilizem a aplicação de metodologias inovadoras. No campo pedagógico, sugere-se a capacitação docente continuada, com foco em práticas ativas e integradoras. Ademais, a articulação com o mercado de trabalho foi indicada como estratégica, devendo ser promovida por meio de convênios,

programas de estágio e participação de profissionais externos em atividades acadêmicas. Como medida operacional, propõe-se a realização de reuniões por área de atuação docente, como forma de fortalecer o engajamento coletivo no processo de reformulação curricular.

Quadro 3 - Medidas propositivas

Recomendações	Relatos
Institucional	“Apoio institucional para infraestrutura e recursos didáticos”
Metodologia	“Capacitação docente continuada”
Mercado	“Articulação constante com o mercado de trabalho, por meio de convênios, estágios e participação de profissionais externos em atividades acadêmicas”.
Implementação	“Reuniões com os docentes por área de atuação”

Fonte: Dados da pesquisa

Dessa forma, torna-se imprescindível que as instituições adotem estratégias colaborativas e estruturadas para concretizar a reforma, condizente com os pressupostos das diretrizes e alinhada às transformações do cenário profissional contemporâneo. Para tanto, é fundamental a articulação entre os diversos atores envolvidos, incluindo docentes, discentes, gestores e representantes do mercado de trabalho, a fim de assegurar coerência entre as demandas sociais e a formação oferecida.

Contudo, essas medidas não asseguram o sucesso pleno do processo. É necessário acompanhar e avaliar continuamente as mudanças no currículo, identificando fragilidades e promovendo melhorias constantes nos processos formativos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das transformações sociais que impactam diretamente a atuação profissional, tornou-se indispensável a atualização das diretrizes voltadas à formação do contador. Nesse cenário, este estudo teve como objetivo compreender não apenas os fundamentos teóricos que embasam a nova normativa, mas também identificar, sob a ótica dos docentes, os caminhos práticos adotados nos cursos de Ciências Contábeis para sua efetivação.

A análise dos questionários demonstrou que, embora haja consenso quanto à necessidade de reformulação curricular, persistem desafios de natureza institucional, metodológica e pedagógica que demandam maior atenção das instituições de ensino. A carência de capacitações específicas, limitações de infraestrutura e dificuldades na adoção de práticas pedagógicas inovadoras revelam um contexto no qual o êxito da reforma dependerá de investimentos contínuos tanto em recursos físicos quanto no aprimoramento docente.

Ao considerar a perspectiva de coordenadores e professores, o estudo ampliou a compreensão sobre as condições reais de adequação às novas exigências, oferecendo subsídios relevantes para a construção de estratégias mais eficazes no processo de implementação curricular. Os relatos dos participantes evidenciam que se trata de uma transição gradual, acompanhada com cautela, em que os obstáculos estão sendo progressivamente reconhecidos e enfrentados.

Nesse contexto, embora a pesquisa tenha alcançado os objetivos propostos, ainda se identificam lacunas que merecem ser exploradas em investigações futuras. Isso porque, apesar dos impactos positivos trazidos pela reformulação, trata-se de uma trajetória formativa complexa, que depende de múltiplos fatores, como o envolvimento ativo dos docentes, o apoio institucional contínuo, a revisão periódica do PPC e a escuta permanente dos estudantes. Nesse sentido, recomenda-se a realização de novos estudos que acompanhem esse processo contínuo, que precisa ser acompanhado de capacitação, investimentos e atualização constante dos conteúdos e metodologias. Ademais, sugere-se a ampliação da amostra de coordenadores participantes, a fim de contemplar diferentes realidades institucionais e enriquecer a compreensão sobre os avanços e desafios da temática em contextos diversos.

Desse modo, o acompanhamento contínuo das etapas de adaptação curricular representa uma estratégia essencial para fortalecer os avanços já alcançados e oferecer caminhos mais realistas, sensíveis e alinhados às necessidades da prática educativa. Ao voltar para os sujeitos que vivenciam o cotidiano da formação, especialmente os docentes e coordenadores, percebe-se um grande potencial para que a nova estrutura curricular seja compreendida e aplicada de maneira mais plena, efetiva. Assim, este trabalho não apenas possibilitou uma escuta atenta a diferentes vozes envolvidas no processo, mas também contribuiu com reflexões que podem servir para o aperfeiçoamento contínuo da formação contábil frente às mudanças em curso.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, D. **Revisão de Literatura, Referencial Teórico, Fundamentação Teórica e Framework Conceitual em Pesquisa – diferenças e propósitos**. Working paper, 2016. Disponível em: <<https://unisinus.academia.edu/DeboraAzevedo/Papers>> Acesso em: 5 de jun. de 2025.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BAUER, M., & Gaskell, G. (Eds.). (2008). **Qualitative researching with text, image, and sound**. London: Sage.
- Boullosa, A. P. (2005). Garantía de calidad en la enseñanza en el espacio europeo de educación superior. Cuadernos de Integración Europea, n.º 2.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1961.
- BRASIL. Resolução CFE nº 03, de 1992. Estabelece a carga horária mínima e a duração dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. **Diário Oficial da União**, 1992.
- BRASIL. Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995. Altera dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, 1995.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 289/2003**. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 6, de 10 de março de 2004**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES nº 269/2004**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004**. Brasília, 2004.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 01/2024**. Brasília, 2004.
- COOPER, Donald R. e SCHINDLER, Pámela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 12ª edição, Editora: AMGH, 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **70 anos de contabilidade**. Brasília: CFC, 2016. 109 p. Disponível em:<https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/70anos-cfc.pdf>. (Acesso em: 05 de junho de 2025).
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Contribuições para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico de Curso (PPC)**. Brasília: CFC, 2025. 44

p. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2025/05/cartilha_DCNs_web.pdf. Acesso em: 20 jul. de 2025.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Ciências Contábeis**: comentada. Brasília: CFC, 2024. 36 p. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2024/10/guia_diretrizes_curriculares.pdf. Acesso em: 10 de jun. de 2025.

D'ÁURIA, Francisco. **Primeiros Princípios de Contabilidade Pura**. São Paulo, 1948.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8 ed. São Paulo: Grupo Gen/Atlas, 2017.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. FGV Editora, 2005.

MEC. **Conselho Nacional de Educação** – CNE. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cne#:~:text=O%20Conselho%20Nacional%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o,da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional%20de%20qualidade> (Acesso em: 06 de junho de 2025).

MICHEL, M. H. **Metodologia E Pesquisa Científica Em Ciências sociais: Um Guia Prático Para Acompanhamento Da Disciplina E Elaboração De Trabalhos monográficos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

NASCIMENTO, FRANCISCO PAULO. Classificação da Pesquisa. Natureza, método ou abordagem metodológica, objetivos e procedimentos. **Metodologia da Pesquisa Científica**: teoria e prática – como elaborar TCC. Brasília: Thesaurus, 2016. Disponível em: <https://www.franciscopaulo.com.br/arquivos/Classificando%20a%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2025.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da; SILVA, Cleide Carneiro Alves da. A história da contabilidade no Brasil. **Revista SEPA**, [S. I.], 2008. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/299/247> Acesso em: 07 jun. 2025.

ROLDÃO, M. do Céu. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. Portugal. **Revista brasileira de Educação**. v.12 n.34 jan/abril 2007. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/XPqzwwYZ7YxTjLVPJD5NWgp/?format=html&lang=pt> Acesso em: 14 jun. 2025

SÁ, A. L. de. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SOUZA, Thaís Vinagre de. **Análise da percepção dos egressos do curso de Ciências Contábeis da Universidade de Brasília acerca das disciplinas práticas do curso**. 2015. 70 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais - Cca, Universidade de Brasília - Unb, Brasília, 2015. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/16896>. Acesso em: 04 jun. 2025.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à Contabilidade. Orientações de Estudos, Projetos, Artigos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

WOLF, Peter. A Model for Facilitating Curriculum Development in Higher Education: a Faculty-driven, Data-informed and Educational Developer-supported Approach. *New Directions for Teaching and Learning*, n. 112, 2007.